



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ENTRE O CATIVEIRO E A LIBERTAÇÃO: PLANTATIONOCENO, A LÓGICA COLONIAL NA AGRICULTURA E OS CAMINHOS DA AGROECOLOGIA

Paula Miréia Ramos de Oliveira

Mônica Cox de Britto Pereira

INTRODUÇÃO

A crise socioambiental do Antropoceno exige uma compreensão de suas raízes históricas e estruturais, que vão além de uma noção abstrata de "humanidade" como agente homogêneo. O Antropoceno é a era em que os impactos da ação humana, impulsionados pela lógica expansiva e predatória do capitalismo especialmente visível no neoextrativismo periférico, colocam em risco os fundamentos da vida no planeta. (Maristella Svampa, 2019). Esse paradigma, articulado por autores como Malcom Ferdinand (2022), revela a continuidade histórica entre colonialismo e agronegócio moderno, onde monoculturas e concentração fundiária geram injustiças.

Neste contexto, investigamos as intersecções entre Plantationoceno, agronegócio e monocultura, destacando seus legados de expropriação territorial, genocídio cultural e crise ecológica. Paralelamente, analisamos a Agroecologia como projeto político, epistêmico e de reexistência, capaz de promover soberania alimentar e regeneração socioambiental. A urgência do tema justifica-se pela insustentabilidade do modelo hegemônico, que fragmenta ecossistemas, intoxica solos e águas, e marginaliza comunidades tradicionais, exigindo alternativas radicais que confrontam o que Ferdinand (2022) chamou de "dupla fratura" colonial da modernidade a separação entre as questões ecológicas e as lutas por justiça social e histórica.

Os resultados demonstram que o Plantationoceno naturaliza a violência ao reduzir territórios a mercadorias, enquanto o agronegócio atualiza essa lógica via monoculturas tóxicas e exclusão social. Para além de serem tóxicas, conforme Vandana Shiva, (2002) tais monoculturas possuem uma característica fundamental: elas não apenas substituem outras formas de cultivo, mas destroem a própria base ecológica e social sobre a qual se sustentam, eliminando alternativas e mostrando-se incapazes de se reproduzir de maneira equilibrada

A metodologia, de caráter qualitativo e interdisciplinar, alinha-se a um compromisso



decolonial, articulando revisão bibliográfica crítica, análise documental e sistematização de experiências práticas, inclusive as vivenciadas no Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG/UFPE). Ao fazer isso, buscamos não apenas diagnosticar o problema, mas também iluminar os caminhos de reparação e transformação traçados pela Agroecologia, entendida como um gesto de reencantamento do mundo e de cultivo de futuros possíveis.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho, fruto do capítulo conclusivo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em Geografia da UFPE, alinha-se às reflexões de Maria Minayo (2002), compreendendo o método não como mero conjunto de técnicas, mas como estrutura analítica que articula teoria e prática. Seguindo a metáfora de Ricardo Richardson (1999), adotaram-se múltiplas 'lentes' conceituais para mapear a complexidade do objeto, combinando revisão bibliográfica crítica, análise documental e sistematização de experiências práticas.

Esta revisão bibliográfica incorporou de forma substantiva o acervo teórico e crítico gerado pelo projeto de pesquisa "Museus, Artes e Antropoceno", financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) em parceria com a Oficina Francisco Brennand, cujas referências fundamentaram questões-chave sobre crítica colonial no âmbito do Antropoceno. A abordagem qualitativa e interdisciplinar fundamentou-se na triangulação dessas fontes teóricas com vivências práticas, assegurando abrangência analítica.

A análise desdobrou-se nessas etapas: fichamento temático de autores referenciais (incluindo aqueles oriundos do projeto mencionado), contextualização do Antropoceno e síntese crítica sobre colonialidade, modelos agrícolas hegemônicos e caminhos agroecológicos. Destaca-se que essa articulação analítica foi significativamente aprofundada pela participação ativa no Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG) da Universidade Federal de Pernambuco, espaço fundamental onde a pesquisa se desenvolveu. As vivências de monitoria em Agroecologia e Ecologia Política foram centrais nesse processo, agregando referências relevantes e permitindo observar a Agroecologia na prática, fundamentando o debate teórico-metodológico e a participação em atividades que integravam ensino, extensão e pesquisa. Este segmento metodológico, que sintetiza o tópico conclusivo do Capítulo 3 da pesquisa de tcc intitulada Dinâmicas Socioambientais da Monocultura: Uma Análise à Luz do Antropoceno de autoria de Paula Oliveira (2025) reforçou o compromisso decolonial ao integrar epistemologias



marginalizadas e perspectivas da crítica, garantindo rigor analítico na interpretação das relações entre Plantationoceno e Agroecologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Antropoceno: Definições e Críticas

Para compreender o *Plantationoceno*, é essencial percorrer uma sequência conceitual integrada: parte-se do Antropoceno, que diagnostica o impacto humano global; critica-se sua generalização com o *Capitaloceno*, que aponta o sistema econômico como motor da crise; e agrega-se a dimensão racial do *Negroceno*, que revela a violência colonial fundadora. O *Plantationoceno* sintetiza essas camadas, identificando na lógica da plantation e seu legado moderno no agronegócio, o núcleo onde se fundem exploração capitalista, dominação colonial e devastação ecológica. Esses conceitos são inseparáveis, formando um quadro analítico completo da crise socioambiental.

A comunidade científica, especialmente os geólogos, a exemplo de Jan Zalasiewicz (2024), identificaram que a ação humana alterou de maneira tão profunda e irreversível os sistemas terrestres que justificou a definição de uma nova era geológica: o Antropoceno. Esse marco não se limita a um debate acadêmico, mas evidencia a gravidade da crise ecológica contemporânea, sugerindo que a permanência da humanidade no planeta encontra-se sob risco iminente. A ideia do fim do mundo dialoga com esse cenário, ao questionar a noção de um colapso ambiental absoluto.

Antônio Mousquer (2022) indaga sobre a possibilidade de um futuro sem o humano no contexto do Antropoceno evidenciando a contradição de uma espécie que, ao se colocar soberanamente sobre o planeta, acaba ameaçando sua própria continuidade. Mousquer (2022) elucida essa ideia ao pontuar que:

[...] o Antropoceno nos oferece a possibilidade de um futuro sem o humano. Este, posto de forma soberana sobre todo o planeta, vê sua trajetória futura ameaçada justamente por condições decorrentes de um projeto social realizado de forma predatória, cujas implicações colocam a terra sob a iminência de um colapso ambiental e civilizacional e a vida sob o risco da descontinuidade. Aos discursos otimistas sobre os grandes feitos, sobrepõem-se os da sobrevivência sobre o espaço inóspito. Em razão dessa amplitude, o Antropoceno deixa de ser tema de interesse apenas das ciências naturais, geologia e ecologia, para alcançar um amplo debate nas mais diversas áreas do conhecimento, como na antropologia, na filosofia,



na arquitetura, nas artes e na crítica literária [...]
(Antônio Mousquer, 2022, pag 224)

Paulo Artaxo (2014) em seu artigo "*Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?*" discute a evolução da Terra ao longo de aproximadamente 4,5 bilhões de anos, destacando as transformações significativas que ocorreram em sua crosta e atmosfera. Artaxo (2014) relata que no início da Revolução Industrial no século XVIII, a humanidade se tornou um agente de mudança geológica, influenciando aspectos críticos do funcionamento do planeta, como o clima e a composição atmosférica. Desde 1950, o desenvolvimento humano e suas implicações no ecossistema terrestre têm crescido de forma exponencial, resultando em indicadores de saúde do planeta que estão fora de limites seguros (Paulo Artaxo, 2014).

Em relação à definição do Antropoceno, Artaxo (2014), descreve essa nova era geológica como um período em que os efeitos da atividade humana estão impactando globalmente o planeta, fazendo da humanidade uma força significativa capaz de interferir em processos críticos, como a composição da atmosfera e outras propriedades do sistema terrestre. Essa descrição para o autor, ressalta a importância de reconhecer o papel da humanidade nas mudanças ambientais e a necessidade de ações para mitigar esses impactos.

Bruno Latour (2014) analisa o Antropoceno como um conceito capaz de reestruturar a relação entre humanidade e natureza, sublinhando sua interdependência. O autor critica a cisão moderna que separa o natural do social, divisão que, segundo ele, paralisou a ciência e a política e propõe que o Antropoceno oferece uma oportunidade para superar essa fragmentação. Ao evitar a naturalização das crises socioambientais, o autor defende uma visão integrada que conjuga ciência e política, enfatizando a urgência de uma ação transformadora e de uma política reconfigurada para enfrentar as realidades desta nova época (Latour, 2014).

No entanto, é crucial reconhecer que o colapso do Antropoceno não é uma ameaça distante e universal, mas uma realidade há muito instaurada para inúmeras comunidades a exemplo das indígenas e negras, cujos territórios foram devastados, seus modos de vida aniquilados e suas existências sistematicamente ameaçadas. O Antropoceno, portanto, não é apenas a era da degradação ambiental, mas também a consolidação de um processo histórico de desigualdades e violências estruturais, no qual aqueles que há séculos resistem à destruição da natureza seguem sendo os mais impactados por sua ruína.

José Pandolf (2022) relata sua discordância sobre como o termo Antropoceno imputa a responsabilidade dos impactos ambientais causados pelas monoculturas a todos de forma



heterogênea, sem que haja uma distinção clara dos papéis de cada indivíduo quanto aos processos que geram ou agravam esses impactos. Pandolf (2022) ressalva essa perspectiva ao expor que:

Ao contrário do que o termo Antropoceno pode apontar, a responsabilidade pela degradação ambiental é desigualmente distribuída. Historicamente, os principais culpados são os grandes conglomerados empresariais, os latifundiários e os países do Norte global, todos operando sob a mesma lógica mercantil do capitalismo. (José Pandolf, 2022 pag 9)

Sendo assim o Antropoceno, longe de ser uma era definida pela ação genérica da humanidade, carrega a marca de um sujeito específico: o Homem com H maiúsculo heterossexual, branco, europeu e historicamente privilegiado. Foi sob a égide desse sujeito que se consolidaram os projetos coloniais, a exploração desenfreada da natureza e a imposição de um modelo de progresso baseado na acumulação e na destruição. Essa concepção universalista do "humano" invisibiliza as responsabilidades desiguais pela crise ecológica e apaga os saberes e modos de existência de povos indígenas, populações negras e comunidades tradicionais, que há séculos resistem às lógicas predatórias impostas pelo Ocidente.

Maristella Svampa (2019), defende que, diante da crise civilizatória do Antropoceno, é fundamental ouvir as vozes e alternativas que vêm do Sul global, particularmente da América Latina. Essas alternativas, nascidas das lutas territoriais e de perspectivas indígenas e feministas, oferecem paradigmas relacionais baseados na reciprocidade, no cuidado e na justiça socioambiental, apontando para a necessidade de uma transformação sistêmica que supere o capitalismo extrativista. A autora faz um chamado para pensar o Antropoceno de forma geopolítica, crítica e a partir das experiências de resistência.

A antropóloga feminista Donna Haraway (2023) utiliza o conceito de Antropoceno para analisar a era de impactos humanos sem precedentes no planeta, marcada pela industrialização, pelo uso de combustíveis fósseis e por indicadores críticos como a acidificação dos oceanos. Diante dessa crise, a autora faz um apelo urgente por conscientização e ação, defendendo uma mudança de paradigma que rompa com as lógicas capitalistas e busque formas de resistência que promovam justiça ecológica e social. (Haraway, 2023).

Contudo, Haraway (2023) critica a supremacia humana do Antropoceno colocar-se acima de outras espécies, e defende a cooperação entre espécies como estratégia fundamental para enfrentar as crises sistêmicas contemporâneas. Em sintonia com essa perspectiva, ela propõe uma nova abordagem para lidar com o chamado "fim do mundo", sugerindo a construção de laços de



parentesco com outras formas de vida em vez da reprodução exclusivamente humana. Essa proposta implica o reconhecimento da interdependência entre todas as espécies e a urgência de recriar espaços de coexistência e refúgio tanto para humanos quanto para não humanos.

Para expressar essa visão, Haraway (2023) cunha o termo *Chthuluceno*, derivado da palavra grega *chthonic*, que remete a entidades terrestres e subterrâneas. O conceito enfatiza a necessidade de habitar o planeta de maneira interconectada, reconhecendo a agência não apenas dos seres humanos, mas também de animais, plantas, fungos, bactérias e outros organismos. Diferente do Antropoceno, que centraliza o impacto humano sobre a Terra, o *Chthuluceno* propõe uma convivência mais simétrica e colaborativa entre espécies, deslocando o foco do domínio humano para uma rede de relações ecológicas interdependentes.

Ao refletir sobre a humanidade, Ailton Krenak (2020) elucida que, o termo "humanidade" vai além da espécie humana para englobar a vastidão de seres que historicamente têm sido excluídos. Ele observa que essa exclusão se manifesta tanto na exploração e na violência contra animais, caçados, mutilados ou convertidos em troféus para afirmação de um suposto poder humano, quanto na subjugação de outros grupos humanos, reduzidos à condição de meros fornecedores de recursos. O autor ainda afirma que :

Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário. Desde pequenos, aprendemos que há listas de espécies em extinção. Enquanto essas listas aumentam, os humanos proliferam, destruindo florestas, rios e animais. (Ailton Krenak, 2020, pag 81).

A lógica capitalista de produção é assentada nessa racionalidade antropocêntrica que subordina a natureza e a própria vida às demandas do mercado, prioriza o lucro e a eficiência em detrimento das necessidades coletivas. Essa visão legitima a exploração contínua dos bens naturais e da força de trabalho, aprofundando a concentração de riqueza, ampliando as desigualdades sociais e intensificando a precarização das condições de vida.

De acordo com Mônica Pereira (2005) o discurso de desenvolvimento e progresso opera como justificativa para a manutenção dessas estruturas de expropriação. O legado do modelo desenvolvimentista é marcado por paradoxos: avanços tecnológicos acompanhados de perda de qualidade de vida, alienação e crises ambientais. A urbanização não cumpriu suas promessas, enquanto o campo vê ressurgir movimentos sociais que reivindicam terra, identidade e modos de vida alternativos. Assim, a continuidade do modelo atual é ilusória e insustentável. A esperança



reside no reconhecimento e valorização dos saberes e práticas das culturas tradicionais, que oferecem exemplos de uma relação não dicotômica e sinérgica com o meio ambiente, essencial para a reprodução da vida. (Monica Pereira, 2005)

O Capitaloceno: O Sistema Econômico como Motor da Crise Socioambiental

Jason Moore (2022) propõe o conceito de *Capitaloceno*, em que critica a narrativa do Antropoceno por não abordar as desigualdades e as relações de poder que moldam a crise ecológica. Moore (2022) argumenta que a história do capitalismo e suas transformações não podem ser compreendidas sem considerar as interações entre a humanidade e a natureza, propondo que o capitalismo é uma ecologia-mundo que co-produz a natureza. Ele sugere que a relação entre humanos e não humanos deve ser vista como uma fusão dialética, onde a natureza é uma matriz que molda as atividades humanas.

Eduardo Barcelos (2019) analisa o termo *Capitaloceno*, ele dialoga sobre o capitalismo como precursor das mudanças socioambientais, para Moore (2012) a era não é do Homem e sim do Capital. Barcelos (2019) sintetiza o pensamento de Moore (2012) da seguinte maneira:

Segundo Moore, a crise ecológica causada pelo “homem” não foi disparada pelo relógio da Revolução Industrial inglesa. Este momento só ocorre com a longa gestação das condições materiais e políticas que ascenderam o capitalismo como força genuinamente global. Entre 1450 a 1750 o mundo passou por longas transformações sem precedentes desde a Revolução Neolítica e foi dando condições para que o capitalismo se transformasse numa “força ambiental”. Com isso, a ideia de Capitaloceno desloca o argumento geológico que busca demarcar os “picos dourados” das mudanças ambientais e refuta a ideia de que os problemas do mundo são os problemas criados por todos, quando na verdade foram criados por uma era histórica dominada pelo capital e por uma parcela pequena da humanidade (Eduardo Barcelos, 2019, pag 18).

Sendo assim, o termo enfatiza que as mudanças ambientais não são consequência de toda a espécie humana, mas sim de um modelo econômico baseado na acumulação de capital, na exploração intensiva de recursos naturais e na desigualdade social. Historicamente enraizado no colonialismo e na expansão das economias de plantação, o *Capitaloceno* evidencia como a degradação ambiental está vinculada a estruturas políticas e econômicas que privilegiam o crescimento ilimitado em detrimento da sustentabilidade planetária. Dessa forma, ao invés de tratar a humanidade como um todo homogêneo, o conceito destaca a responsabilidade desigual de corporações, Estados e elites econômicas na crise socioambiental.



De acordo com Haraway (2023), embora o conceito de Antropoceno tenha ampla aceitação, ele não captura de forma adequada a complexidade das interações entre humanos e ecossistemas. Ela sustenta que a narrativa associada ao Antropoceno tende a ser reducionista e fatalista, ao atribuir à humanidade como um todo a responsabilidade pelas mudanças ambientais. Em contraposição, o texto enfatiza que as transformações planetárias resultam de uma rede complexa de relações históricas, incluindo colonialismo, o sistema escravista e exploração de bens naturais, o que demanda uma abordagem mais crítica e contextualizada.

Nesse sentido, Haraway (2023) defende que o conceito de *Capitaloceno* é mais apropriado para descrever a atual crise ecológica, pois evidencia o papel do capitalismo como motor da destruição ambiental. Ele também apresenta objeções ao uso do Antropoceno como ferramenta analítica, argumentando que esse termo reforça mitos do excepcionalismo humano e negligencia as interconexões entre diferentes formas de vida.

A ideologia do desenvolvimento sustentável, apesar de amplamente difundida como uma solução conciliatória entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental, revela-se, na prática, uma contradição. Ao tentar compatibilizar a lógica extrativista do capitalismo com a manutenção dos bens naturais, ele apenas suaviza os impactos sem questionar a raiz do problema: um modelo econômico baseado na exploração contínua da natureza e do trabalho. Assim, longe de garantir um futuro ecologicamente equilibrado, o desenvolvimento sustentável funciona mais como uma justificativa para a perpetuação das mesmas estruturas que levam à degradação ambiental e às desigualdades sociais.

A política legislativa de conservação da natureza no Brasil consiste na delimitação de unidades de conservação, um compilado de ilhas verdes, nas quais a proteção do estado é rigorosa. O que está contido dentro dessas áreas delimitadas é protegido, enquanto as regiões externas frequentemente estão sujeitas a atividades de desenvolvimento que podem desconsiderar princípios de sustentabilidade. Conforme destaca Diegues (2008) configurou-se um mito moderno da natureza intocada, com parques e reservas simulando áreas virgens como unidades de uso restrito, assim, trazendo um processo de desterritorialização das comunidades e povos que habitavam tais regiões. Muitas vezes, o que se observa é um progresso sem consideração pelos impactos ambientais, caracterizado por ações cruas e sem análise adequada dos efeitos.

É nesta perspectiva que Antonio Diegues (2008) refere-se à ideia de que existem áreas da natureza que permanecem completamente preservadas e não afetadas pela ação humana. Essa ideologia é frequentemente utilizada para justificar a criação de unidades de conservação e a



proteção de ecossistemas. No entanto, o autor critica essa visão, argumentando que a natureza é sempre influenciada pelas atividades humanas, mesmo que de forma indireta.

Diegues (2008) informa que a noção de "natureza intocada" ignora a complexidade das interações entre humanos e ambientes naturais, além de desconsiderar as práticas tradicionais de manejo sustentável que as comunidades locais realizam. O autor ainda defende uma abordagem mais integrada, que reconheça a interdependência entre a natureza e a cultura humana, promovendo a conservação de forma que respeite e valorize o conhecimento e as práticas das populações locais.

Adicionalmente, a abordagem conservadora da legislação e política brasileira, proíbe intervenções nas áreas naturais e reforça a ideia de que existem "espaços vazios", ignorando o fato de que todos os territórios são influenciados por ecossistemas manejados por humanos. Essa perspectiva desconsidera as comunidades tradicionais que, por gerações, viveram em harmonia com a natureza. A prática de criar pequenas ilhas verdes enquanto se permite a degradação das áreas circundantes, especialmente em contextos metropolitanos, é um exemplo de racismo ambiental, onde as cores vibrantes da paisagem verde são gradualmente usurpadas, refletindo uma forma de desigualdade que marginaliza tanto a natureza quanto as populações que dela dependem diretamente.

Os movimentos ambientalistas consistem em iniciativas organizadas que visam a proteção e a preservação da natureza por meio de ações políticas, sociais e educacionais. Embora os movimentos ambientalistas sejam variados e abrangentes, eles não estão isentos de críticas. Muitas dessas críticas se concentram no caráter predominantemente branco, ocidental e elitista de alguns movimentos, que frequentemente ignoram as realidades e as lutas das populações indígenas, negras e camponesas.

Para além disso, algumas abordagens enfatizam soluções tecnológicas e de mercado, como créditos de carbono, sem abordar as estruturas subjacentes que perpetuam a degradação ambiental. Ademais, determinadas políticas ambientais podem prejudicar comunidades vulneráveis, especialmente quando áreas de conservação são estabelecidas sem consideração pelos direitos dos povos tradicionais. Essas tensões evidenciam a necessidade de integrar justiça ecológica e justiça social nas discussões e ações relacionadas à luta ambiental.

Joan Martinez-Alier (2007) fala sobre o "ecologismo dos pobres" para designar a luta ambiental das comunidades marginalizadas que, dependentes diretas da natureza para sobreviver, opõem-se a atividades predatórias como a mineração. O termo, usado como reivindicação política,



destaca um movimento por justiça ambiental que contrasta com o "ecologismo dos ricos", de preocupações mais abstratas e longe das realidades dos sujeitos. (Martinez-Alier, 2007).

O Negroceno e a Dupla Fatura Colonial

Malcom Ferdinand em *Uma Ecologia Decolonial : Pensar no Mundo a partir do mundo Caribenho* (2022) propõe incluir o colonialismo como pauta central da ecologia. Para ele, “pensar a ecologia a partir do mundo caribenho é a proposta de um deslocamento epistêmico dos pensamentos do mundo e da Terra no coração da ecologia, ou seja uma mudança de cena das produções de discursos e saberes” (Ferdinand, 2022, pag 33).

Conforme Ferdinand (2022) que há uma dupla fratura da modernidade. Essa fratura refere-se à desconexão entre as questões ambientais e as injustiças sociais históricas, como o colonialismo e o racismo. Essa desconexão impede uma abordagem holística e eficaz para resolver os problemas ambientais, pois ignora as intersecções entre as lutas sociais e as crises ecológicas. Ferdinand (2022) informa que essa pauta na ecologia é muitas vezes ausente ao relatar que

“[...] a história do pensamento ecológico é concebida sem nenhum pensador Preto que a palavra “antirracismo” não faz parte do vocabulário ecológico e sobretudo, que as ausências não sejam um problema.” (Ferdinand, 2022 pag 22).

Ressalta-se que as mudanças climáticas de nível global não atingem todas as pessoas da mesma forma. Ferdinand (2022) usa a metáfora de um barco que está prestes a naufragar diante de uma tempestade:

Ao menor indício de tempestade, alguns são acorrentados sob o convés, outros são lançados no mar. As destruições ambientais não atingem todo mundo da mesma maneira, tampouco apagam as destruições sociais e políticas já em curso. Uma dupla fratura existe entre os que temem a tempestade ecológica no horizonte e aqueles a quem o convés da justiça foi negado muito antes das primeiras rajadas de vento. (Ferdinand, 2022, pag 22).

Sobre a dupla fratura colonial da modernidade Ferdinand (2022) narra que a primeira é a fratura epistemológica, que se refere à forma como o conhecimento é produzido e validado. O colonialismo não apenas impôs uma hierarquia de saberes, mas também marginalizou



epistemologias não ocidentais. O autor defende a importância de reconhecer e valorizar outras formas de conhecimento que emergem a partir de diferentes contextos culturais e históricos.

A segunda fratura é a fratura ontológica, que diz respeito às diversas maneiras de entender a relação entre os seres humanos e o mundo natural. Ferdinand (2022) critica a visão ocidental que separa a natureza da cultura, promovendo uma perspectiva que considera a interconexão entre todos os seres. Essa fratura ontológica revela como as concepções de ser e pertencimento foram moldadas pelo colonialismo e como isso impacta as práticas sociais e ambientais atuais. Segundo Ferdinand, essas fraturas são fundamentais para compreender as desigualdades e as lutas por justiça socioambiental em contextos pós-coloniais (Ferdinand, 2022).

As populações negras experimentaram seu próprio fim do mundo com a diáspora africana, marcada pela violência do tráfico transatlântico de escravizados e pela desestruturação forçada de territórios, culturas e modos de existência. Esse processo não apenas destruiu laços comunitários e deslocou milhões de pessoas, mas também instituiu um regime de opressão contínuo que reconfigurou espaços geográficos e relações sociais de maneira irreversível.

Nesse contexto, o conceito de *Negroceno* emerge para evidenciar como o racismo estrutura não apenas as dinâmicas sociais e políticas, mas também as interações entre humanos e a natureza. Ao integrar a questão racial à ecologia, essa noção revela como a exploração da terra e dos corpos foi historicamente articulada em um mesmo sistema de dominação, em que a degradação ambiental e a violência racial se entrelaçam. Assim, compreender o impacto da racialização no planeta exige reconhecer que os efeitos do colonialismo e da escravidão não são apenas passados, mas seguem moldando as crises socioambientais contemporâneas.

Ailton Krenak (2020) problematiza a noção contemporânea de "fim do mundo", questionando por que essa preocupação se intensifica somente agora, quando a crise atinge as estruturas do Ocidente. Para inúmeros povos indígenas e comunidades tradicionais, o colapso de seus mundos já ocorreu diversas vezes ao longo da história, resultado de processos coloniais, exploração predatória e destruição de seus territórios. No entanto, é apenas quando a ameaça se volta contra o modelo civilizatório hegemônico (branco, ocidental e norte-americano) que a ideia de um colapso global passa a ser amplamente reconhecida como urgente. Krenak (2020) sustenta essa perspectiva ao afirmar:

Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas



coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar condenado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos. (Krenak, 2020, pag 76).

Sabe-se já que a imposição colonial não se limitou à exploração de territórios e corpos; ela também operou na esfera do conhecimento, deslegitimando os saberes dos povos originários e africanos escravizados, ao mesmo tempo em que impôs uma visão de mundo eurocêntrica. Essa violência epistêmica estabeleceu hierarquias que marginalizaram modos de existência que reconhecem a interdependência entre humanos e natureza, favorecendo uma perspectiva mecanicista e extrativista que sustentou o avanço do capitalismo global.

No contexto do Antropoceno, esse genocídio epistêmico se manifesta na forma como a crise ecológica é pensada e enfrentada. O discurso dominante tende a focar no impacto humano sobre o planeta de maneira generalizante, sem considerar que as populações responsáveis pelas maiores emissões de carbono não são as mesmas que sofrem os piores efeitos das mudanças climáticas. Além disso, ao ignorar a devastação imposta pelo colonialismo que já significou o "fim do mundo" para muitos povos, o Antropoceno se torna um conceito limitado para explicar as dinâmicas socioambientais contemporâneas.

Com isso, a colonialidade do saber reforçou e reforça a dissociação entre sociedade e natureza, negando a legitimidade de cosmologias que sempre compreenderam o mundo de maneira relacional. Para enfrentar a crise atual, é necessário superar essa ruptura epistêmica, reconhecendo que os conhecimentos dos povos historicamente subalternizados oferecem caminhos fundamentais para a construção de um futuro que não reproduza as violências da modernidade colonial.

Plantationoceno: A Atualização Colonial no Agronegócio com a Escravização de Multiespécies

O termo "*Plantationoceno*" refere-se a uma conceituação da época contemporânea, surgida a partir de discussões entre antropólogos, filósofos e geógrafos que buscavam entender as condições e contradições do Antropoceno. O conceito destaca a importância das plantation como centros de exploração e desigualdade, onde a transformação de seres vivos em recursos ocorre de maneira sistemática e alienante.

O *Plantationoceno* pode ser definido também como uma era caracterizada pela intersecção entre práticas de plantação e suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Esse conceito remete ao legado das plantações coloniais, que moldaram não apenas a paisagem, mas também as relações sociais e as estruturas de poder.



Ferdinand (2022) não só apresenta o conceito de *Negroceno* como uma perspectiva alternativa para compreender o epistemicídio, destacando a relação intrínseca entre colonialismo e formas de ocupação da terra. A técnica plantation não se limita a um modelo produtivo, mas constitui uma lógica de habitação profundamente colonial, na qual a monocultura se estabelece como um sistema essencialmente usurpador, reproduzindo desigualdades históricas e processos de expropriação. O autor aclara que :

Fazendo da plantation o principal modo de habitar da Terra, o Plantationoceno reduz o mundo a um mercado de recursos consumíveis. Os habitantes humanos e não humanos encontram-se subjugados às técnicas de transformação da Terra em recursos, entre elas a utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura industrial. Para além das consequências da emissão de gases de efeito estufa sobre o clima, o Plantationoceno revela-se também na difusão global de substâncias tóxicas e persistentes utilizadas como tecnologias de governo da natureza. (Ferdinand, 2022, pag 129).

Diante disso, pode-se dizer que a monocultura e o agronegócio estão intrinsecamente relacionados ao conceito de *Plantationoceno*, pois ambos refletem práticas de produção moldadas por legados históricos do colonialismo e da escravização de humanos e não humanos. A monocultura, caracterizada pelo cultivo extensivo de uma única espécie vegetal, é um elemento central do *Plantationoceno*.

O agronegócio, abrange toda a cadeia produtiva agrícola, atua como um agente facilitador do *Plantationoceno*, promovendo a expansão de monoculturas em larga escala. Esse setor é frequentemente impulsionado por políticas públicas e investimentos que priorizam a produção em massa, desconsiderando os impactos negativos sobre a terra, a água e as comunidades locais. Além disso, o agronegócio muitas vezes adota práticas que visam a maximização do lucro a curto prazo, resultando em relações de poder desiguais e na marginalização de saberes e práticas sustentáveis de agricultura.

Dessa forma, a relação entre monocultura, agronegócio e *Plantationoceno* permite uma análise crítica das intersecções entre produção agrícola em monoculturas, colonialismo histórico e injustiças socioambientais contemporâneas, revelando a necessidade de abordagens mais justas e sustentáveis para a produção de alimentos.

A relação entre monocultura e colonialismo no Brasil é profunda e histórica, refletindo práticas de exploração que moldaram a agricultura e a economia do país. A implementação da



monocultura no Brasil aos longo dos séculos levou a expropriação e genocídio de comunidades indígenas, negras e rurais, que foram removidas de suas terras para dar lugar a grandes propriedades destinadas à produção em larga escala. Essa prática não apenas desestabilizou as economias locais, mas também destruiu saberes tradicionais e formas de cultivo diversificadas, que eram essenciais para a sustentabilidade das comunidades. O modelo agrícola imposto pelos colonizadores, e que persiste até hoje, favorece a concentração de terras nas mãos de poucos, perpetuando desigualdades sociais e econômicas.

Nesse contexto, Josiane Wedig e João Ramos (2023) mencionam a análise de Anna Tsing (2019), que aponta que as plantation “disciplinam os organismos como recursos, removendo-os de seus mundos de vida” (Tsing, 2019, p. 235). Essa perspectiva evidencia como as práticas de monocultura não apenas desconsideram a complexidade das interações ecológicas, mas também marginalizam os seres vivos, tratando-os apenas como insumos produtivos. Assim, a lógica das plantation reflete uma abordagem que desarticula os ecossistemas e promove a exploração tanto da natureza quanto das comunidades que dele dependem.

Por fim, pode-se afirmar que a monocultura atua como propulsora de formas contemporâneas de escravização de multiespécies, não apenas no que se refere à exploração da mão de obra humana, mas também ao domínio e à exaustão dos bens naturais, como água, solo e toda a biota. Além disso, a monocultura ignora a complexidade e a interdependência das redes biológicas, levando à perda de biodiversidade e à fragmentação de habitats. Dessa forma, a lógica da monocultura perpetua não apenas desigualdades sociais e econômicas, mas também uma estrutura de escravista ambiental, em que sacrifica a integridade dos ecossistemas naturais em nome da produtividade e do lucro.

Caminhos Agroecológicos: Re-existência e Prática Política de Libertação

De acordo com Bruno Prado (2024) a Agroecologia se insere no debate sobre o *Antropoceno*, *Capitaloceno* e *Plantationoceno* como um campo de resistência e alternativa às formas de produção agroalimentar hegemônicas. O conceito de Antropoceno busca descrever como as atividades humanas impactam os ciclos biogeoquímicos do planeta a ponto de deixar uma marca geológica, mas críticas a essa abordagem levaram à formulação de termos como *Capitaloceno* e *Plantationoceno*, que enfatizam as dinâmicas de poder e exploração inerentes ao sistema capitalista e ao legado colonial da monocultura.



A partir dessa perspectiva, a Agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento social, pode dialogar com essas leituras críticas ao propor sistemas agroalimentares sustentáveis que confrontam as lógicas neoextrativistas. O *Plantationocene*, em particular, revela como a estrutura da monocultura e do agronegócio contemporâneo é uma continuidade dos modelos coloniais de exploração da terra e do trabalho. Nesse sentido, a agroecologia se apresenta como uma resposta concreta à crise socioambiental, ao propor formas de produção baseadas na diversidade, no conhecimento tradicional e na justiça ecológica. (Bruno Prado, 2024)

É precisamente nesta dimensão de resposta que a agroecologia ganha seu caráter profundamente político e plural. Como destaca Mônica Pereira (2020), ao enfatizar os embates e a valorização do conhecimento dos povos do campo, das águas e das florestas: “Agroecologia se constroi na disputa entre paradigmas, entre concepções distintas de ciência, entre perspectivas de mundo diferentes, a partir de princípios e múltiplas epistemologias” (Mônica Pereira *et al*, 2020, pag 2).

Bruno Prado (2024) anuncia que a interligação entre Agroecologia e *Plantationocene* permite evidenciar como a crise climática não pode ser dissociada das relações de poder e das desigualdades socioeconômicas. Enquanto o *Plantationocene* escancara os impactos destrutivos da monocultura e da concentração fundiária, a agroecologia aponta caminhos para uma transição socioecológica que respeite os limites planetários e os direitos das populações tradicionais e camponesas. Dessa forma, o debate agroecológico se fortalece como um espaço de disputa epistemológica e política, contribuindo para a construção de futuros mais justos e sustentáveis.

Segundo , Luiz Machado e Luiz Filho (2014) a Agroecologia é uma ciência dialética. É um método de produção agrícola que integra saberes tradicionais, antes desvalorizados pela Revolução Verde, aos avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas, permitindo produzir alimentos sem venenos, de maneira saudável e em qualquer escala. Ela não representa um retorno a práticas ultrapassadas, mas sim uma tecnologia completa capaz de enfrentar o agronegócio, superando a monocultura, recuperando a biodiversidade, reduzindo custos e impactos ambientais e oferecendo uma alternativa ética, econômica e socialmente viável. Para adotá-la, é preciso desconstruir os dogmas da agricultura industrial (monoculturas do agronegócio) e reconhecer que outra tecnologia é possível e urgente diante das crises ambientais e sociais atuais.

Paralelamente, movimentos sociais camponeses, indígenas e ecologistas populares promovem uma ruptura paradigmática ao vincular a crise ambiental à colonialidade e ao fascismo societal, defendendo alternativas radicais como a Agroecologia, a soberania alimentar e os direitos



da natureza, em defesa dos territórios e saberes tradicionais frente à apropriação capitalista. (Plablo Barbetta et al., 2023)

Conforme Valcilene Silva e Mônica Pereira (2020), a Agroecologia emerge no cenário contemporâneo não apenas como um conjunto de técnicas agrícolas, mas como um movimento político, social e ecológico de resistência e caminho contra ao modelo hegemônico do agronegócio. Seus fundamentos estão profundamente enraizados nas práticas ancestrais e nas tecnologias sociais desenvolvidas e aprimoradas ao longo de gerações pelos povos camponeses, indígenas e comunidades tradicionais.

Essa ciência, propõe uma transformação radical na relação entre sociedade e natureza. Para isso, busca integrar saberes tradicionais que compreendem os ciclos naturais, a inserção das sementes crioulas e o manejo complexo dos ecossistemas. Esse processo de diálogo de saberes é crucial para promover a diversidade biocultural, ou seja, a preservação simultânea da agrobiodiversidade (com variedades de plantas, animais e microrganismos) e das culturas que a mantêm e a recriam.

Dessa forma, a Agroecologia afirma-se como um projeto de justiça ecológica, que combate tanto a degradação ambiental como a contaminação dos solos e a perda de biodiversidade quanto às injustiças sociais a ela associadas. Sua práxis constitui, assim, uma resposta direta ao epistemicídio (a aniquilação de saberes subalternizados) e à mercantilização da vida, propondo sistemas alimentares saudáveis, soberanos e socialmente justos, construídos a partir da autonomia e da organização coletiva dos povos do campo.

Nesse contexto, Emely Melo e Mônica Pereira (2023) analisam como a agricultura moderna brasileira, estruturada em uma lógica capitalista e colonial, promove a homogeneização dos saberes e invisibiliza os conhecimentos tradicionais presentes nos territórios camponeses. Em contraponto, as autoras apresentam a Agroecologia e a ecologia de saberes como referenciais teóricos e práticos fundamentais para desconstruir esse projeto colonial. Esses conceitos atuam na valorização dos sujeitos, de seus conhecimentos e experiências, constituindo-se como formas de resistência ao sistema hegemônico

Aiton Krenak (2024), ao discutir a relação entre humanos e natureza, especialmente no que diz respeito aos rios, florestas e práticas tradicionais, oferece uma base filosófica e prática que dialoga diretamente com os princípios da Agroecologia. Em sua obra *O Futuro é Ancestral* (2024), ele enfatiza a importância de se reconectar com a natureza, criticando o modelo de desenvolvimento atual, que explora e degrada os bens naturais, ignorando os ciclos ecológicos. Essa crítica ao



capitalismo ressoa com a Agroecologia, que propõe sistemas agrícolas baseados no respeito à biodiversidade e aos ciclos naturais, em oposição ao uso intensivo de agrotóxicos e monoculturas.

Krenak (2024) também valoriza os saberes ancestrais dos povos indígenas, que vivem em harmonia com a natureza há milênios. Os conhecimentos tradicionais devem ser integrados às discussões contemporâneas uma visão que se alinha perfeitamente com a Agroecologia. A Agroecologia, por sua vez, reconhece que as práticas tradicionais de manejo da terra e dos bens naturais são fundamentais para a construção de sistemas agrícolas resilientes e ecologicamente equilibrados. A Agroecologia não apenas incorpora esses saberes, mas também os amplia, promovendo a troca de conhecimentos entre comunidades tradicionais e cientistas.

A Agroecologia é uma alternativa ao modelo convencional de agricultura, que prioriza o lucro e a produção em larga escala, muitas vezes à custa da degradação ambiental e da desigualdade social. Enquanto a monocultura depende de agrotóxicos e exploração desmedida dos bens naturais, a Agroecologia promove sistemas diversificados, que respeitam os ciclos da natureza e valorizam os saberes tradicionais de povos indígenas e comunidades camponesas. Como nos afirma Vandana Shiva (2002)

Conforme ressalta Mônica Cox de B. Pereira (2016), Agroecologia vem se construindo em contraponto a um processo de agricultura dominante:

Entende-se *Agroecologia* como um paradigma emergente, que se constrói no processo de confronto com o paradigma dominante em nossa sociedade ocidental, cartesiana, reducionista, tecnicista e com base em uma concepção de ciência neutra (Mônica Pereira, 2016)

Segundo Lina Gómez e Carlos Walter Porto Gonçalves (2022), apresentam o conceito de re-existência baseado nos movimentos sociais, que vão além da simples resistência contra um poder opressor. A partir de um lugar geográfico e epistêmico próprio, eles engendram processos criativos de reinvenção da existência. É nesse sentido que a agroecologia se configura como um movimento de re-existência: não se limita a se opor ao agronegócio, mas constroi, material e simbolicamente, alternativas concretas. Ao articular saberes tradicionais e inovações, ressignificar o território como espaço de vida e cuidado, e projetar um futuro alimentar soberano, a agroecologia prática a reinvenção proposta pela teoria. Re-existir é, assim, reinventar a partir da luta modos plenos de ser e estar no mundo. Dessa forma, a agroecologia corporifica a tríade da re-existência: reconecta-se com



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

o passado e a tradição, confronta os conflitos do presente e projeta-se em sonhos de futuro, transformando o cultivo da terra em um ato político de permanente reinvenção da vida.

A Agroecologia nos ensina, portanto, que é possível produzir alimentos de forma harmoniosa com a natureza, cuidando dos solos, da água e da biodiversidade. Ela defende a soberania alimentar, garantindo o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, e fortalece a agricultura familiar, reduzindo desigualdades no campo. Além disso, a Agroecologia promove a justiça social, incluindo mulheres, jovens e comunidades marginalizadas, e combate a concentração de terras e recursos. A Agroecologia é um caminho viável para um futuro mais justo e equilibrado, oferecendo soluções concretas para os desafios ambientais, sociais e alimentares do nosso tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Plantationoceno* consolida-se como a matriz civilizatória que converte o planeta em arquivo vivo da violência colonial, onde a terra, reduzida a substrato químico e geografia do despojo, escreve sua história através de monoculturas que são, em essência, paisagens do esquecimento. Esta lógica, que transforma florestas em algoritmos de produtividade e corpos em extensões do solo explorado, opera uma necropolítica ecológica cujo legado é a esterilização do diverso e a climatização do capital. Em antítese insurgente, a Agroecologia não se propõe como caminho técnico da agricultura, mas como uma re-existência epistêmica, um gesto de reencantamento do mundo que entrelaça, nas veias do território, a sabedoria ancestral e a inovação comunitária. Ela é a prática do *esperançar* como verbo intransitivo e coletivo: uma ontologia relacional que, em vez de extrair, tece; em vez de homogeneizar, poliniza; em vez de segregar, compõe simbioses. Enquanto o *Plantationoceno* assina a certidão de óbito de várias espécies inclusive humanas, a Agroecologia inscreve, nas brechas do colapso, a caligrafia delicada e resiliente de futuros possíveis onde a colheita é também memória, o alimento é ato político, e a terra, sujeita de direitos, reencontra sua voz sob o cultivo das mãos que a honram.



REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ARTAXO, Paulo *et al.* Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, nov. 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2008.

FERDINAND, Malcom. **Uma Ecologia Decolonial**: pensar no mundo a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

GÓMEZ, Lina María Hurtado; PORTO-GONÇALVES², Carlos Walter. RESISTIR Y RE-EXISTIR. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 24, p. 1-11, jun. 2022.

HARAWAY, Donna J.. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno**. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOUR, Bruno *et al.* Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, 09 nov. 2014.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MELO, Emely Christine Sulino de; PEREIRA, Monica Cox de Britto. Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira: a Zona da Mata pernambucana resiste. **Campo Território Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 18, n. 52, p. 1-24, dez. 2023.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

MOORE, Jason W.. **Antropoceno ou Capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.

MOUSQUER, Antônio Carlos. O antropoceno: um futuro sem o humano? **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 46, n. 24, p. 274-277, abr. 2022.

OLIVEIRA, Paula Miréia Ramos de. **Dinâmicas Socioambientais da Monocultura: Uma Análise à Luz do Antropoceno**. 2025. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

PANDOLF, José Guilherme. **O Canavial: Oficina Francisco Brennand, Museu-Plantation e a Natureza no Plantationoceno**. 2022.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 1., 2016, Recife. **Anais [...]**. Recife: ., 2016. v. 1, p. 1-14.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Desenvolvimento e Meio Ambiente: O todo é maior que a soma das partes. **Revista Plurais**, Goiás, v. 1, n. 2, p. 265-272, jun. 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto; RODRIGUES, Valcilene; MELO, Emely Christine Sulino de; CRISTINA, Uschi. Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia: Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico. 2020, São Cristovão. **Anais [...]**. São Cristovão: Cba, 2020. p. 1-5.

PRADO, Bruno Azevedo. **Aproximações entre a agroecologia e o debate do Antropoceno/ Capitaloceno/ Plantationoceno**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-6, nov. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. 2. ed. São Paulo: Editora Gaia LDA, 2002.

SVAMPA, Maristella. **Antropoceno: lecturas globales desde el sur**. Córdoba: La Sofía Cartonera, 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas Ruínas. Paisagens Multiespécies no Antropoceno**. Distrito Federal: Editora Mil Folhas do Ieb, 2019.